

O valor da vida



Por **LORENZO VITRAL***

Sustentar politicamente quem faz apologia da morte e da tortura não é compatível com a doutrina cristã

É um truísmo admitir que o fascismo cultua a morte. Desde o grito do general franquista Millán-Astray (“Abajo la inteligencia, viva la muerte!”), passando pelo papel desempenhado pelo nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial, intrigamos a aparente fuga do escopo da razão desse traço fundamental do fascismo.

No nosso país, nunca houve dúvidas da compatibilidade desse fenômeno com o “ideário” do atual governo. Desde o “fuzilar a petralhada” em 2018, o desprezo pela mortandade causada pela epidemia do Covid-19, o armamento da população civil até a consecução de assassinatos políticos, encontramos num registro social-político que podemos classificar como fascista; além do traço comentado, o “espírito” atual do país encaixa-se bastante bem nos 14 (quatorze) critérios propostos por Umberto Eco para classificar esse tipo de regime político.^[1]

Por outro lado, somos tomados por sentimento de estranhamento quando constatamos que muitas das pessoas que compartilham a fé cristã, seja ela protestante, neopentecostal ou católica, consentem esse estado de fatos ou, pelo menos, não se vê sua reprovação de maneira inequívoca. A primeira explicação que nos vem à mente é admitir que há interesses escusos ou inconfessáveis no apoio ao atual governo por parte da cristandade, como pode ter sido o caso com a aparente corrupção no MEC na gestão Milton Ribeiro. Afinal, sustentar politicamente quem faz apologia da morte e da tortura não é compatível com a doutrina cristã, o que nos leva a pensar que o apoio cristão ao que se abateu sobre nosso país só encontra motivos na excepcionalidade, com justificativas de outras naturezas.

No entanto, a razão alegada não nos parece suficiente. Pensemos assim em como a morte e o assassinato são de fato concebidos na doutrina cristã, tomando a *Bíblia Sagrada* como referência.

Existe, é claro, o mandamento “Não matarás” e a condenação do primeiro homicídio que foi a morte de Abel por Caim (Gênesis:4:3-8); Caim recebe uma marca ou sinal (“owth”) do seu crime, mas não é condenado à morte. Em outros trechos veterotestamentários, no entanto, sobretudo nos campos de batalha, o assassinato não sofre repúdio. Há, dentre outras, passagens como as seguintes: “Com aprovação divina, Josué destrói todo o povo de Ai, matando 12.000 homens e mulheres, sem que nenhum escapasse (Josué 8: 22-25); “Das cidades destas nações, que o Senhor teu Deus te dá em herança, nenhuma coisa que tem fôlego deixarás com vida” (*Deuteronômio* 20: 16). Como entender o aparente antagonismo desses trechos bíblicos? Ao que tudo indica, o assassinato se constituía como pecado apenas quando se matassem membros de seu próprio povo, seus iguais, mas não se o alvo fossem inimigos de seu povo, incluindo nesse rol mulheres e crianças.^[2]

A relativização do valor da vida em todas as suas manifestações e a apologia ao assassinato, que lançou seu manto sobre nós, parece, assim, encontrar guarida na recusa da legitimidade da alteridade a qual, longe de poder participar de um processo de inclusão pela via republicana, pode e deve ser eliminada; afinal, já que diferentes, trata-se de inimigos. Dito de outro modo, não podendo a razão manifestar-se – como no grito do general fascista – o que impede o pensamento dialético, não há inclusão do antagonismo; o diferente é o inimigo já que, nesse confronto, o último deve ser concebido como fraco, castrado, o que torna inteligível o porquê da misoginia, da homofobia e do racismo fascistas.

Os cristãos nacionais que se omitem ou compactuam com esse estado de fatos não lograram alcançar a versão síntese

neotestamentária dos mandamentos, ou seja, “Ame o seu próximo com a si mesmo”, da epístola paulina (*Romanos 13:9*). Para esses agrupamentos religiosos, no entanto, que não ao acaso se aproximam, com mais ênfase, da palavra veterotestamentária, mimetizando elementos do judaísmo, é reforçado, por outro lado, um bem tido como supremo, o qual não admite relativização, e parece, assim, hierarquicamente superior ao valor da vida: trata-se da propriedade privada que vem de par com sua transmissão hereditária.

Lembremo-nos que a primeira conceptualização cultural coletiva que justificava a adesão ao armamentismo civil foi a defesa do patrimônio privado. O temor lunático do “comunismo” num mundo sem comunismo ganha, nesse contexto, sua justificativa: ora, como mostra o clássico de Friedrich Engels sobre a propriedade privada, a formação da família monogâmica tem, dentre suas bases, a conservação e a transmissão da propriedade, o que abole uma configuração de “comunismo primitivo”. Com o advento da história, para garanti-la ou obtê-la, tudo é permitido, a depender, é claro, da origem étnico-social e da compactuação entre iguais.

Não é à toa também que, dentre as diversas mortes e assassinatos recentes, o falecimento de Dom Luiz de Orleans e Bragança, descendente da família real brasileira, ligado à TFP (Tradição, Família, Propriedade), tenha merecido luto oficial.

***Lorenzo Vitral** é professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Notas

[1] <https://homoliteratus.com/14-caracteristicas-do-fascismo-segundo-eco/>

[2] (<http://www.justificando.com/2015/07/27/o-homicidio-e-suas-razoes-numa-perspectiva-historica-social/>)